

1ª Diligência Dia 26/08/2025

PROPOSTA COMERCIAL

AO DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS/CE,

Nós, **PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, apresentamos nossa proposta para a prestação dos serviços conforme especificações abaixo:

1. Dados da Empresa:

Razão Social: **PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 28.470.279/0001-96

Telefone: (24) 97402-2446

E-mail: licitacao@ponteparaosnegocios.com

2. Objeto da Proposta:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de LIMPEZA/CONSERVAÇÃO E CONTÍNUO, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, bem como o fornecimento de material de consumo, utensílios, equipamentos de proteção individual, uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços nas dependências da Administração Central do DNOCS.

3. Resposta a diligência:

1. Item 1 do SEI_1971326_Despacho:

“Conforme consta no item 4.11 do edital, a licitante deverá alterar os salários das categoria de Servente e Contínuo, para aplicar o

PONTE PARA OS NEGÓCIOS
CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
(24) 97402-2446
licitacao@ponteparaosnegocios.com

valor do salário mínimo vigente (R\$ 1.518,00), item 4.11 in verbis: “4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior .”” (Grifamos

Resposta: Ajustado na planilha.

2. Item 2 do SEI_1971326_Despacho:

“Constatamos que o licitante não cotou os materiais necessários para a execução do serviço, conforme exigido pelo edital e item 5.4 do Termo de Referência (Materiais a serem disponibilizados). Ressaltamos que o licitante informou em sua Proposta (MATERIAIS E EQUIP) o valor MENSAL de R\$ 963,85 (novecentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), para 28 (vinte e oito) serventes. Este valor deverá ser incluído no MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS da planilha do SERVENTE. (5.1 B – Materiais).”

Resposta: Consta expressamente na proposta que dispomos de crédito de estoque suficiente para suprir integralmente o contrato durante todo o período necessário. Ressalta-se que os valores detalhados na lista de materiais e equipamentos têm caráter meramente ilustrativo e visam compor a planilha de custos, não implicando inclusão direta na proposta. Tal disposição encontra-se registrada na aba “Materiais e EQUIP”, linha 45, sob a rubrica CRÉDITO DE MATERIAIS, bem como na DECLARAÇÃO DE CRÉDITO EM ESTOQUE apresentada.

É oportuno destacar que não há qualquer proibição legal quanto à utilização de estoque próprio como forma de garantir a execução contratual, sem repassar custos adicionais à Administração. Ao contrário, trata-se de medida que preserva o erário e otimiza a execução do objeto. Nesse sentido, há jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União que corrobora tal entendimento, in verbis:

ACÓRDÃO 587/2012 - PLENÁRIO

PONTE PARA OS NEGÓCIOS
CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
(24) 97402-2446
licitacao@ponteparaosnegocios.com

Inconsistência da planilha de preços referente a uniformes e EPIs

“25. Quanto à renúncia em relação à rubrica “uniformes”, a própria Representante apresentou normativo editalício (item 11.1.2) que permite ao licitante renunciar a determinados itens de material ou equipamento, caso os tenha em estoque.

26. A argumentação de que, em razão do contrato a ser firmado poder ser renovado por até 5 anos, a licitante vencedora deveria possuir em estoque uma quantidade de uniformes suficientes para prover os 170 funcionários do contrato por 5 anos não pode ser aceita, uma vez que o contrato tem prazo de validade por apenas 1 ano. A renovação é uma mera possibilidade, a qual pode não se concretizar por inúmeras razões. Portanto, essa análise deve se restringir ao período de apenas 1 ano. Quando da renovação do contrato, caso seja do interesse da administração pública, o gestor deve atentar para que as condições iniciais da proposta vencedora sejam mantidas, ou seja, não poderá na renovação do contrato ser acrescido valor no item “uniformes”. Caso seja imprescindível o acréscimo de valor ao item “uniformes”, outra licitação deverá ser realizada, sob pena de nulidade da renovação. Assim, considera-se que não houve irregularidade quanto a este aspecto do Pregão em análise. Todavia, faz-se necessário determinar à INFRAERO que, por ocasião de uma possível renovação do contrato referente a este pregão, respeite as condições iniciais da proposta vencedora, especialmente quanto ao item “uniformes”, ao qual não poderá ser atribuído valor.”

“8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

(...)

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.”

Estamos plenamente dispostos, caso assim se entenda necessário, a não fazer uso de nosso crédito de estoque. Entretanto, a fim de que possamos adequar-nos de forma integral e em estrita conformidade com as normas aplicáveis, solicitamos respeitosamente a Vossa Senhoria, Ilustríssima Pregoeira, e à sua equipe que nos indiquem a jurisprudência que sustente eventual impedimento a essa condição.

PONTE
PARA OS
NEGÓCIOS

4. Proposta de Preços:

RESUMO DA FORMAÇÃO DE CUSTO MENSAL E TOTAL DA PROPOSTA							
ITEM	CATEGORIA	PRODUTIVIDADE	ÁREA M²	QUANT. HOMEM/M²	VALOR UNIT. HOMEM/M²	VALOR MENSAL M² x ÁREA	VALOR ANUAL M² x ÁREA
1	PISO FRIO	800	12297,80	15,37	R\$ 5,98	R\$ 73.540,84	R\$ 882.490,08
	BANHEIRO	200	1087,18	5,44	R\$ 23,91	R\$ 25.994,47	R\$ 311.933,64
	PISO ACARPETADO	800	308,64	0,39	R\$ 5,98	R\$ 1.845,67	R\$ 22.148,04
	HALL	1000	456,00	0,46	R\$ 4,78	R\$ 2.179,68	R\$ 26.156,16
	ALMOXARIFADO (ESCRITÓRIO)	800	63,00	0,08	R\$ 5,98	R\$ 376,74	R\$ 4.520,88
	PÁTIO E ÁREAS VERDES	1800	8913,00	4,95	R\$ 2,66	R\$ 23.708,58	R\$ 284.502,96
	ESQUADRIA INTERNA/EXTERNA	300	3267,33	0,92	R\$ 1,35	R\$ 4.410,90	R\$ 52.930,80
TOTAL DE HOMENS (Encarregado + Servente):				28			
VALOR TOTAL DO ITEM 01 PARA 12 MESES						R\$ 132.056,88	R\$ 1.584.682,56
ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	
2	CONTÍNUO	10	POSTOS	R\$ 4.463,02	R\$ 44.630,20	R\$ 535.562,40	
VALOR TOTAL DO ITEM 02 PARA 12 MESES						R\$ 44.630,20	R\$ 535.562,40
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO PARA 12 MESES (ITENS 01 E 02)						R\$ 176.687,08	R\$ 2.120.244,96

Valor global da proposta é de R\$ 2.120.244,96 (dois Milhões cento e vinte mil duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Declaro que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto, sendo assegurado todos os direitos dos empregados. O prazo de validade desta proposta de preço é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Em anexo a proposta de preços ajustada a diligência com a Planilha de Custos e Formação de Preços.

Acórdão 1443/2014-Plenário:

“9.3.2. exigência de atestados de capacidade técnica que comprovassem aptidões relativas às atividades a serem contratadas e não à habilidade da licitante na gestão de mão de obra, afrontando os princípios da competitividade e da isonomia entre os licitantes e em desacordo com as diretrizes do Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário”

Acórdão 449/2017-Plenário:

“Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de

PONTE PARA OS NEGÓCIOS
CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
(24) 97402-2446
licitacao@ponteparaosnegocios.com

capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.”

Acórdão 1891/2016 - TCU-Plenário:

“3.1.27. A jurisprudência desta Corte vem se firmando no sentido de que nas contratações de serviços terceirizados os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, a exemplo do paradigmático Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário, e dos Acórdão 1443/2014-TCU-Plenário e 744/2015-TCU-2ª Câmara”

TRF da 4ª Região, Remessa Necessária Cível nº 5022466-18.2019.4.04.7200/SC, em 20.10.2020:

“o simples somente erro na apresentação da planilha não implica, por si só, a desclassificação da propostada impetrante sob esse fundamento, sem oportunizar prévia correção, desde que, por certo, não importe em modificação dolancevencedor, mantendo-se o interesse público na contratação da propostada mais vantajosa”.

IN 05/2017, Anexo VI:

“7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;”

Acórdão 2.546/2015 - Plenário, de relatoria do Ministro:

“...a existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a

devida correção das falhas, desde que, obviamente, não altere o valor global proposto, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada. (Voto condutor do Acórdão 2.546/2015 - Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto André de Carvalho)”

Conforme Acórdão 4370/2023 - 1ª Câmara:

“Desclassificar licitantes do certame sob fundamento de inconsistência na planilha de custos e formação de preços, sem identificar a alegada inconsistência, conduta já tida como irregular e merecedora de aplicação de multa ao responsável, por meio do Acórdão 1487/2019-TCU-Plenário, contrariando o item 7.9 do Anexo VII-A da IN Seges/MPDG 5/2017, o item 8.15 do edital do Pregão 2/2022, os Acórdãos 4063/2020, Relator Ministro Raimundo Carreiro, 370/2020, Relator Ministro Marcos Bem querer e 898/2019, Relator Ministro Benjamin Zymler, todos do Plenário, e os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, obtenção da proposta mais vantajosa, economicidade, transparência e motivação.”

Assim, nos colocamos à disposição para ajustes necessários nas planilhas de formação de preços, caso seja necessário.

A Corte também possui entendimento quanto a inclusão de documentos, vide Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por

equivoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

Para a formulação da proposta, os serviços foram devidamente enquadrados no CNAE 78.10-8-00 e sumula 425 - STJ, e a emissão das faturas será realizada com base nesse enquadramento.

Reservamo-nos o direito de pleitear, no momento oportuno, a repactuação dos valores referentes aos tributos incidentes, PIS e COFINS, bem como aos reajustes decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho vinculadas à proposta do edital.

Por fim, com o objetivo de aprimorar a eficiência da gestão e garantir o bem-estar de nossos colaboradores, em consonância com a realidade empresarial de oferecer serviços com elevado padrão de qualidade, durante o contrato poderemos optar por fornecer diretamente a alimentação aos nossos colaboradores. Essa medida permite assegurar refeições de qualidade e nutricionalmente balanceadas, reforçando nosso compromisso com a saúde e satisfação dos profissionais.

A presente proposta vincula a comunicação de supressão do contrato com no mínimo 30 dias de antecedência, não sendo aceito pedido de redução com prazo inferior.

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA vincula o direito de solicitar a rescisão formal do contrato, mediante aviso prévio com antecedência de 30 dias, quando houver atrasos no pagamento superiores a 60 dias, nos termos do Art. 137, § 2º, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, ressalvadas as demais hipóteses legais.

Esclarecemos, ainda, que os serviços prestados por esta empresa não se enquadram no modelo de fato gerador, não atendemos contratos que utilizem o fato gerador, fato vinculado ao aceite da proposta.

Desde que exigida expressamente no edital, informamos que a modalidade de garantia escolhida por esta empresa é o Seguro Garantia, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, não havendo, portanto, outra forma de garantia possível na presente proposta.

De acordo com a planilha financeira apresentada, a qual evidencia a proximidade do desenquadramento do atual regime tributário, em conformidade com a legislação aplicável, fica a Administração desde já ciente de que deverá ser acatada a repactuação das alíquotas correspondentes ao novo regime, tanto em caso de acréscimos quanto de decréscimos.

A proposta é vinculada ao direito de repactuação em decorrência do registro da convenção coletiva do ano de 2025.

Todos os anexos integram a presente proposta.

Barra do Piraí-RJ, 27 de agosto de 2025.



PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 28.470.279/0001-96

Marcos Luiz Ribeiro Filho

Representante Legal



PONTE
PARA OS
NEGÓCIOS

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE E JUSTIFICATIVAS

Eu, Marcos Luiz Ribeiro Filho, inscrito (a) no CPF nº 075.789.097-03, **DECLARO**, na qualidade de Responsável da Empresa PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, que esta empresa apresentou proposta devidamente exequível em especial no tocante aos insumos a título de EPI's, Uniformes, equipamentos despesas de substituição de profissionais e custos indireto se lucros, considerando as condições exigidas no supracitado termo editalício e seus anexos, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Não existe base legal para provisões mínimas de ENCARGOS SOCIAIS

Com relação aos custos de PROVISÕES dos ENCARGOS SOCIAIS, a saber, Aviso prévio indenizado, Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, Multa do FGTS do aviso prévio indenizado, Aviso prévio trabalhado, Multa do FGTS em cima do aviso prévio trabalhado, Ausências legais, Licença paternidade, Ausência por acidente de trabalho, Afastamento maternidade, Ausência por doença, ETC., foram provisionados de acordo com as peculiaridades e experiência da empresa, tendo em vista que inexistem parâmetros legais para provisões mínimas ou máximas, de acordo com o TRF 5ª no AGTR nº 67.014/RN.

Por derradeiro, conforme prevê o Art. 63 da IN 05/2017, por tratar-se de elementos de custos variáveis e dependerem da assiduidade do colaborador, podendo ou não ocorrer, serão suportados pela contratada, conforme prevê, por serem considerados como inerentes aos riscos do seu negócio.

Não existe base legal para provisões mínimas de UNIFORMES, INSUMOS E EPIS

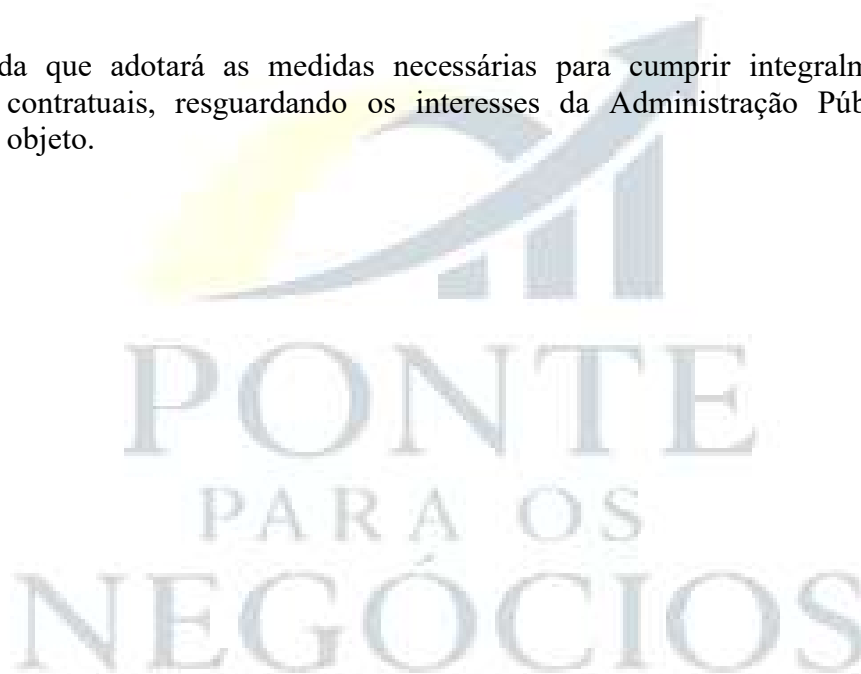
O custo dos uniformes e equipamentos de proteção individual é um custo variável e assim como outras rubricas, depende da estrutura organizacional e dos custos de cada empresa, logo o valor orçado está de acordo com a realidade da empresa. Ademais normas legais possibilitam a empresa renunciar aos materiais e instalações de sua propriedade.

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE
HABILITAÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, que manterá todas as condições de habilitação exigidas no Edital durante toda a vigência do contrato, caso seja declarada vencedora do certame licitatório.

A empresa compromete-se a assegurar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências legais, bem como a observar todas as condições técnicas e administrativas apresentadas no momento da habilitação, garantindo sua continuidade ao longo da execução contratual.

Declara ainda que adotará as medidas necessárias para cumprir integralmente com as disposições contratuais, resguardando os interesses da Administração Pública e a fiel execução do objeto.



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência de qualquer fato superveniente que possa impedir sua participação no presente certame licitatório, nos termos da legislação vigente.

Declara ainda que permanece atendendo integralmente às condições de habilitação exigidas no Edital e Termo de Referência, estando apta a executar o objeto caso seja declarada vencedora.

Esta declaração é prestada em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21, e a empresa está ciente de sua responsabilidade em comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer sua habilitação ou execução contratual.



**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE FILIAÇÃO AO SINDICATO EXIGIDO
PELA CONTRATANTE**

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, que, caso necessário, se necessário, compromete-se a realizar a filiação ao sindicato indicado pela contratante para atender aos requisitos contratuais e às normas estabelecidas no presente edital e seus anexos.

A empresa reitera seu compromisso em cumprir integralmente as condições estabelecidas no processo licitatório, bem como em observar todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, incluindo aquelas relacionadas à representatividade sindical.

Por fim, declaramos submissão integral, atendendo assim a qualquer declaração exigida no presente edital, independente de transcrição expressa. Sendo necessária a declaração expressa, que seja solicitada, e prontamente atenderemos.



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

A empresa Ponte para os negócios consultoria e serviços LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, declara para os devidos fins que não se encontra filiada a nenhum sindicato, uma vez que não há obrigatoriedade legal para tal, conforme o disposto no art. 8º da Constituição Federal, que estabelece: “É livre a associação profissional ou sindical [...]”.

Entretanto, nossa empresa adota como prática a utilização, em seus contratos, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) correspondente ao sindicato que atua na localidade onde os serviços serão prestados, entendendo que esse sindicato é o mais capacitado para atender e acompanhar as demandas dos trabalhadores da categoria naquela região. Esse alinhamento com a CCT local permite à nossa empresa um relacionamento harmonioso com os trabalhadores, garantindo um ambiente de trabalho estável, sem histórico de turnover ou litígios judiciais.

Dessa forma, considerando que a Convenção Coletiva de Trabalho apresentada vincula e obriga a empresa ao seu cumprimento, e que abrange as categorias envolvidas na presente contratação, não vislumbramos qualquer impedimento quanto à sua utilização.

Em atendimento ao Acórdão 1207/2024, declaramos que a nossa empresa se enquadra ao sindicato utilizado para formulação da proposta, pois suas atividades são compatíveis com o instrumento coletivo utilizado para a formulação da nossa proposta.

As informações do registro sindical, identificando a base territorial do sindicato, a razão social do sindicato, a categoria que o sindicato representa e sua abrangência, que permite entender o enquadramento sindical da empresa, constam na Convenção Coletiva de Trabalho, e por possuir registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego possui validade jurídica para tal.

Por fim, caso nossa empresa seja declarada vencedora do certame e a filiação sindical se apresente como condição necessária para a assinatura do contrato, comprometemo-nos a proceder com a referida filiação.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO

CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, DECLARA, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.



**DECLARAÇÃO DA NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA, MAS DE TER
PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.**

Eu, Marcos Luiz Ribeiro Filho, inscrito (a) no CPF nº 075.789.097-03, **DECLARO**, na qualidade de Responsável da Empresa PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, que OPTAMOS por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de entrega/recebimento dos serviços prestados, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital.

Por fim, DECLARAMOS ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo responsabilidade por este fato e que não haverá quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras.



**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM
SITUAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE LEGAL**

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que não emprega servidores públicos em situação que configure incompatibilidade legal, em conformidade com as normas aplicáveis à Administração Pública e ao presente certame licitatório.

Esta declaração é prestada com base na veracidade das informações fornecidas e na observância às exigências legais pertinentes, estando a empresa ciente das responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes de eventual falsidade.



DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO COM OS ÍNDICES DE QUALIDADE ESTABELECIDOS

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, seu comprometimento em atender aos índices de qualidade estabelecidos no Edital e Termo de Referência para a execução do objeto do presente certame.

A empresa compromete-se a cumprir rigorosamente os parâmetros de desempenho e eficiência previstos, assegurando que as atividades sejam realizadas de forma a garantir a satisfação dos requisitos técnicos e operacionais exigidos pela contratante.

Declara ainda que adota mecanismos internos de controle e supervisão que asseguram o cumprimento das metas de qualidade, com contínua avaliação e aperfeiçoamento, sempre em conformidade com as normas e boas práticas aplicáveis ao objeto da contratação.



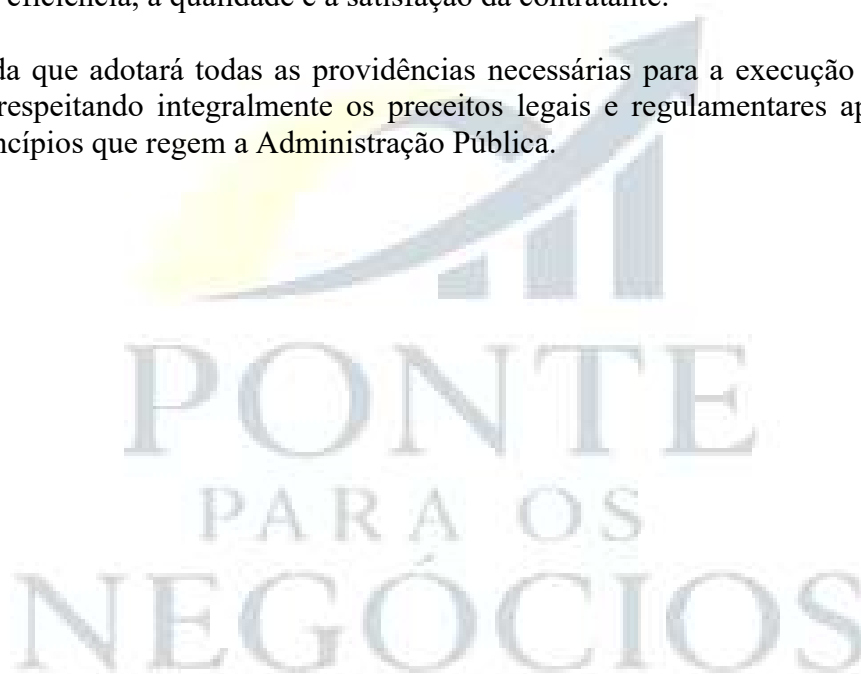
PONTE
PARA OS
NEGÓCIOS

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, o compromisso integral com o cumprimento das condições contratuais estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

A empresa assegura que cumprirá todas as obrigações assumidas, observando os prazos, especificações técnicas, normas de segurança e demais condições previstas no contrato, garantindo a eficiência, a qualidade e a satisfação da contratante.

Declara ainda que adotará todas as providências necessárias para a execução fiel do objeto contratado, respeitando integralmente os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios que regem a Administração Pública.



DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, que dispõe de todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução do objeto do presente certame licitatório, conforme as condições e especificações estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

A empresa confirma que possui equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para atender às demandas do contrato, bem como os equipamentos, insumos e infraestrutura adequados à realização dos serviços com eficiência e qualidade.

Declara ainda que os recursos disponíveis encontram-se plenamente aptos e adequados para o início imediato da execução do contrato, caso seja sagrada vencedora do certame.



PONTE
PARA OS
NEGÓCIOS

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE
HABILITAÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, que manterá todas as condições de habilitação exigidas no Edital durante toda a vigência do contrato, caso seja declarada vencedora do certame licitatório.

A empresa compromete-se a assegurar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências legais, bem como a observar todas as condições técnicas e administrativas apresentadas no momento da habilitação, garantindo sua continuidade ao longo da execução contratual.

Declara ainda que adotará as medidas necessárias para cumprir integralmente com as disposições contratuais, resguardando os interesses da Administração Pública e a fiel execução do objeto.



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência de qualquer fato superveniente que possa impedir sua participação no presente certame licitatório, nos termos da legislação vigente.

Declara ainda que permanece atendendo integralmente às condições de habilitação exigidas no Edital e Termo de Referência, estando apta a executar o objeto caso seja declarada vencedora.

Esta declaração é prestada em conformidade com o disposto no art. 32, §2º da Lei nº 8.666/93 e na legislação correlata, e a empresa está ciente de sua responsabilidade em comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer sua habilitação ou execução contratual.



**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE FILIAÇÃO AO SINDICATO EXIGIDO
PELA CONTRATANTE**

A PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, representada neste ato por seu representante legal, Marcos Luiz Ribeiro Filho, portador do CPF nº 075.789.097-03, DECLARA, sob as penas da lei, que, caso necessário, se necessário, compromete-se a realizar a filiação ao sindicato indicado pela contratante para atender aos requisitos contratuais e às normas estabelecidas no presente edital e seus anexos.

A empresa reitera seu compromisso em cumprir integralmente as condições estabelecidas no processo licitatório, bem como em observar todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, incluindo aquelas relacionadas à representatividade sindical.

Por fim, declaramos submissão integral, atendendo assim a qualquer declaração exigida no presente edital, independente de transcrição expressa. Sendo necessária a declaração expressa, que seja solicitada, e prontamente atenderemos.

PONTE
PARA OS
NEGÓCIOS

Declarações do Sistema:

Considerando o processo licitatório supracitado, a empresa PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, reitera os termos de aceitação das declarações:

1. Condições de participação:

1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

1.2. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

2. Declarações para fins de habilitação

2.1. Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

2.2. Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

2.3. Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.4. Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

2.5. Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

3.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

3.2. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

4. Declaro que cumpro e estou ciente de todas as declarações.

Declarações Complementares

Nos termos do edital supracitado a empresa PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.279/0001-96, declara:

1. estar ciente e concordar com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5. total submissão à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), cumprindo assim todas as exigências conforme determinadas pelo edital e atuando em conformidade com a Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das demais normas e políticas de proteção de dados;
6. que se necessário, adotará a instituição financeira oficial requerida pelo edital nas condições exigidas;
7. ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015;
8. que atendemos aos requisitos de habilitação;
9. que, sendo necessário, declaramos que possuímos ou instalaremos escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado nos termos do edital;
10. que disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, sempre que solicitado pela Administração;
11. que optamos pela NÃO realização de vistoria assumindo inteiramente responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório;
12. declaramos que possuímos conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizaremos deste, para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, em relação aos locais de serviços;
13. que temos ciência de que não podemos alegar qualquer desconhecimento para justificar recusa em cumprir as disposições da outorga, se vencedora do certame;
14. que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente na execução do objeto;

15. que, nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante, não assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

16. que em se tratando de serviços com fornecimento de mão, a convenções coletivas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, foram indicadas na planilha de custos e formação de preços, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

17. que não existe qualquer fato impeditivo de nossa participação no processo licitatório e que estamos regulares perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como o FGTS;

18. para os devidos fins e sob as penas da lei, que cumprimos todas as obrigações sociais e trabalhistas, incluindo o recolhimento de contribuições previdenciárias e FGTS;

19. para os devidos fins de direito, que a proposta apresentada para a licitação referente ao Edital supracitado é plenamente exequível e encontra-se em conformidade com todos os requisitos estabelecidos no referido edital;

20. que não se encontra em processo de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

21. que dispõe de pessoal técnico habilitado e qualificado ao atendimento do padrão de qualidade exigido pelo serviço, bem como de equipamentos adequados à execução do objeto;

22. que, no primeiro ano da contratação, o custo de reposição correspondente ao item 4.1 A - Férias e Terço Constitucional de Férias, não será cobrado, vez que não existe a ocorrência de férias no primeiro ano, sendo resguardado o direito a cobrança a partir do segundo ano;

23. que é cumpridora da norma constitucional que proíbe o trabalho noturno, perigosos e insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

24. para os devidos fins, que atende aos índices econômicos previstos no edital e que não sofre qualquer ação que comprometa sua estabilidade econômico-financeira;

25. que seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança no quadro da contratante e fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau vinculados com a licitante;

26. que, os serviços serão faturados de acordo com a proposta apresentada;

27. que, sob as penas da lei, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

28. que não possui, em seus quadros societários ou administrativos, gestores que detenham vínculo de parentesco com dirigentes, empregados ou autoridades vinculadas à instituição contratante, respeitando, assim, as normas de vedação ao nepotismo e os impedimentos previstos no edital.

29. que está comprometida com a sustentabilidade ambiental, adotando práticas que

minimizam o impacto ambiental e assegurando a conformidade com as diretrizes de desenvolvimento sustentável, nos termos do Decreto nº 7.746/2012 e demais legislações correlatas.



**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E
PREVIDENCIÁRIAS**

A empresa **PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **28.470.279/0001-96**, com sede à **Rua Governador Portela, nº 130, 3º andar, Sala 37 – Centro – Barra do Piraí/RJ – CEP 27123-000**, por meio de seu representante legal, o Sr. **Marcos Luiz Ribeiro Filho**, declara, para fins de participação no **Edital nº 90002/2025 – IEMA**, que tem plena ciência de que será integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos trabalhadores que vierem a ser alocados na execução do contrato, caso venha a sagrar-se vencedora da licitação.



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO FORNECIMENTO DOS EPIS E MATERIAIS

A empresa **PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **28.470.279/0001-96**, com sede à **Rua Governador Portela, nº 130, 3º andar, Sala 37 – Centro – Barra do Piraí/RJ – CEP 27123-000**, por meio de seu representante legal, o Sr. **Marcos Luiz Ribeiro Filho**, declara, para fins de participação no **Edital nº 90002/2025 – IEMA**, que se responsabiliza integralmente pelo fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de limpeza, utensílios e demais insumos necessários à plena execução dos serviços, conforme especificações do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital.

Barra do Piraí-RJ, 20 de agosto de 2025.



PONTE PARA OS NEGÓCIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 28.470.279/0001-96

Marcos Luiz Ribeiro Filho

Representante Legal